ADOLESCÊNCIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM PSICOLOGIA

Fabíola B. Gomes Firbida *et al*.*

RESUMO

A adolescência tem sido considerada, e legitimada por algumas correntes de pensamento dentro da Psicologia, como uma etapa natural do processo de desenvolvimento humano, onde todos os indivíduos irão vivenciar conflitos, crises de identidade, moratória e lutos. Dentro desta perspectiva o meio externo é visto apenas como uma variável que também influencia este fenômeno, mas que não o determina. Sendo assim, as ações de intervenção social ficam limitadas somente aos aspectos factuais desta etapa natural da vida. Neste artigo, pretendemos discutir o fenômeno da adolescência sob uma perspectiva crítica, utilizando a base teórica da Psicologia Histórico Cultural, apresentando esta fase do desenvolvimento humano, não como algo natural, mas sim como uma produção social, isto é, a adolescência criada a partir de uma necessidade do desenvolvimento social. Para isso, abordamos também as influências ideológicas que a Psicologia sofreu no início da sua história como ciência e que tais influências ideológicas podem estar por trás da produção teórica e do discurso de algumas linhas de pensamento dentro da Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência, Psicologia Histórico Cultural.

ABSTRACT

Adolescence has been considered, and legitimized by some currents thought within psychology as a natural step in the process human development, in which all individuals will experience conflicts, crises identity, moratorium and mourning. Within this perspective, the external environment is seen just like a variable that also influences this phenomenon, but not the determines. thus, the social interventions are limited only to facts of this natural stage of life. in this article, we discuss the phenomenon of adolescence under a critical perspective, using as the theoretical the Psychology Cultural History, showing this phase of development human, not as something natural, but as a social production, in other words ,adolescence created from a need of social development. Therefore, we are also addressing the ideological influences that psychology suffered in the history as science and that such ideological influences may underlie the theoretical production and discourse of some lines of thought within psychology.

* Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, professora de Psicologia da Faculdade União de Campo Mourão. *et al* – Fabíola de Mello Nogueira; Franciele Romano; Manoel Teixeira Junior; Willian José Luis da Silva, graduandos do 8 º período de Psicologia da Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

KEYWORDS: Adolescence, Psychology Cultural History.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano tem sido objeto de estudo ao longo da história da psicologia e está longe de se chegar a uma compreensão definitiva e estanque sobre os processos que compõe este fenômeno de pesquisa. A divisão em períodos cronológicos de desenvolvimento é uma das diversas tentativas de compreensão desse fenômeno e ainda continua a ser pesquisado, apesar de existir uma certa concordância entre os teóricos sobre as características que delimitam cada etapa de crescimento. Dentro da divisão das etapas do desenvolvimento humano, o período que antecede a vida adulta, após a puberdade, foi denominado de adolescência e é a concepção vigente aceita pela Psicologia.

Esse período denominado de adolescência vem sendo caracterizado em nossa cultura como um período marcado por conflitos, rebeldia e crises de identidade. Algumas escolas dentro da Psicologia vêm fortalecendo essa visão, corroborando com a ideia de que as crises de identidade desta fase da vida fazem parte das características naturais que marcam essa etapa do desenvolvimento humano, isto é, todo indivíduo em seu processo de desenvolvimento, naturalmente irá vivenciar esses conflitos durante a adolescência. No entanto, nem todas escolas de pensamento, dentro da Psicologia, concebe esse estágio da vida como sendo uma manifestação natural do processo de desenvolvimento humano. Dentro do processo de desenvolvimento, entender o indivíduo sob uma perspectiva mais ampla, considerando a complexidade da sua constituição histórica e social é a principal base de estudo da Psicologia Sócio-Histórica ou Histórico-Cultural. Nesta perspectiva, alguns pensadores postularam teorias que se contrapõe a concepção de base liberal, que concebe o indivíduo a partir da ideia naturalizante, determinante, objetiva e reducionista, desconsiderando sua construção sócio-histórica, ou seja, desconsiderando a constituição ontológica do indivíduo.

O objetivo deste trabalho é levantar alguns pontos de reflexão, que se contrapõe com a visão tradicionalmente aceita pela Psicologia sobre a adolescência, utilizando como base a visão da Psicologia Histórico-Cultural. Além de se contrapor

à ideia de que a adolescência é parte natural do desenvolvimento humano, objetivamos também fazer uma reflexão sobre o impacto que as ideologias defendidas pela burguesia exercem sobre algumas linhas de pensamento dentro da Psicologia e que, de alguma forma, tenham influenciado na concepção teórica da adolescência como uma nova categoria de indivíduos.

A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Na formação acadêmica em Psicologia, um dos objetivos da disciplina Psicologia do Desenvolvimento é estudar como ocorre o desenvolvimento humano. Para fazer este estudo, o desenvolvimento do indivíduo foi subdividido em períodos diferenciados por características específicas que delimitam cada fase do seu desenvolvimento, levando em consideração o processo maturacional biológico e psíquico. Um desses períodos de desenvolvimento é denominado como Adolescência. Knobel (1981, p.26), define esse período da adolescência como:

> [...] a etapa da vida durante a qual o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações objeto-parentais internalizadas e verificando a realidade que o meio social lhe oferece, mediante o uso dos elementos biofísicos em desenvolvimento à sua disposição e que por sua vez tendem à estabilidade da personalidade num plano genital, o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil.

Ao observar essa definição da adolescência, constata-se a utilização de terminologias específicas de uma linha teórica dentro da Psicologia: relações objeto-parentais internalizadas, plano genital e luto pela identidade infantil. Ao postular as características que determinam esse período do desenvolvimento humano, Knobel utilizou como base teórica a psicanálise, escola reconhecida cientificamente pela Psicologia.

Para compreender um postulado teórico a respeito de um determinado fenômeno, não basta apenas estudar a definição dos conceitos em si mesmo dentro da linha teórica em que foi fundamentado, é necessário também, compreender o contexto onde essas teorias foram desenvolvidas. É neste sentido que Bock,

Furtado e Teixeira (1998, p.29-30), pontuam:

> Para compreender a diversidade com que a Psicologia se apresenta hoje, é indispensável recuperar sua história. A história de sua construção está ligada, em cada momento histórico, às exigências de conhecimento da humanidade, às demais áreas do conhecimento humano e aos novos desafios colocados pela realidade econômica e social e pela insaciável necessidade do homem de compreender a si mesmo.

Não basta, portanto, estudar apenas as características da adolescência como um conjunto de conceitos teóricos, concebido a partir de um fenômeno isolado e pré-determinado, sem refletir sobre o contexto em que tais teorias se fundamentaram. Pensamos que durante a formação acadêmica em Psicologia, estudar de onde vem, para que e a quem servem as teorias e técnicas utilizadas na profissão é quesito fundamental para o desenvolvimento de uma visão crítica e construção de uma classe de profissionais que estejam verdadeiramente comprometidos com o desenvolvimento humano.

Um ponto que cabe reflexão, ao buscar compreender a origem das bases teóricas presentes na Psicologia, é considerar que a Psicologia enquanto ciência não nasceu isoladamente da cabeça de alguns teóricos com atributos de neutralidade científica.

Como afirmam Cambaúva e Silva (2009, p.17):

> Para qualquer ciência, inclusive a Psicologia, a concepção de história sem interpretação ou análise dos fatos e do contexto em que foi produzida dá a conotação de que a ciência em estudo (no caso a Psicologia) 'aparece' na história do pensamento de forma casuística, como se fosse obra de um só homem quando este tem o ato do conhecimento.

A Psicologia não nasceu em um vazio, ela foi concebida em um momento histórico e estava inserida em um contexto social. Como qualquer outra disciplina, a Psicologia não está isenta às influências do meio em que está inserida. Para compreender como nasceu a Psicologia é preciso compreender também o ambiente

cultural do período onde ela surgiu como ciência. É neste sentido que Schultz e Schultz (2009, p.10), afirmam:

> Por fazer parte de uma cultura mais ampla, a psicologia também sofre influência das forças externas, que dão forma à sua natureza e direção. Para entender a história da psicologia, é necessário analisar o contexto em que a disciplina evolui, as ideias predominantes na ciência e cultura da época, ou seja, o zeitgeist ou ambiente cultural do período, além de examinar as forças sociais, econômicas e políticas existentes.

Não é do interesse deste trabalho fazer um estudo aprofundado da história da Psicologia e de todos os acontecimentos que levaram a Psicologia se estabelecer enquanto ciência, porém entendemos como relevante considerar o ambiente cultural onde ela está inserida, para se compreender as influencias do momento histórico na concepção das teorias psicológicas.

Já faz parte de um conhecimento disseminado por vários campo do saber, que no final do século XIX, período histórico em que a Psicologia surge como campo específico de estudo, muitas transformações sociais ocorreram em função das mudanças na forma de produção ocasionadas pela Revolução Industrial. Neste momento o mundo vivenciava um período de passagem das sociedades pré-capitalista para sociedade capitalista. A nova forma de produção trouxe mudanças estruturais nas relações sociais, onde a burguesia começava a se estabelecer como uma nova classe social. As ciências, entre elas a medicina, assumia um papel importante para dar soluções práticas para os novos problemas que estavam surgindo. Por um lado a Filosofia concebia uma doutrina liberal que afirmava a individualidade, a liberdade e igualdade dos homens e por outro lado assistia a ascensão do Positivismo, que buscava através da ciência natural o observável e o concreto. Diante dessas transformações, além de outras não citadas aqui, a forma de se conceber o homem não poderia deixar de ser radicalmente afetada. A visão de homem predominante na idade média de um ser submetido e passivo à uma ordem divina, que não possibilitava uma apropriação plena de si, é transformada e a visão de homem passa a fazer parte de uma nova categoria de indivíduo livre. Conforme Cambaúva e Silva (2009, p.29) afirmam:

> A sociedade capitalista, com suas características peculiares – como produção de excedentes, classe trabalhadora assalariada, propriedade privada, relação de troca mediada pelo dinheiro – pressupõe uma nova forma de o homem ser, pressupõe uma nova forma de conhecimento. O homem passa a ser considerado como um homem livre, natural (em contraposição a qualquer atributo sobrenatural), que se faz por suas capacidades e potencialidades individuais. A ideia de que é livre se baseia na ideia de que é naturalmente dono de si e que deve buscar realizar-se guiado por seus próprios interesses.

A nova concepção do homem, influenciada pela doutrina liberal em destaque naquele período, de individualidade, liberdade e igualdade, concede ao indivíduo uma subjetividade, até então desconhecida. Porém, essa nova visão de subjetividade vai esbarrar em uma realidade concreta que está longe de possibilitar ao indivíduo viver essa liberdade e igualdade. A subjetividade nasce mergulhada em um universo de contradição. Conforme afirma Figueiredo e Santi (2002, p.48-49), a crise dessa subjetividade será uma das molas propulsoras para o surgimento da psicologia enquanto ciência:

> Quando os homens passam pelas experiência de uma subjetividade privatizada e ao mesmo tempo percebem que não são tão livres e tão diferentes quanto imaginavam, ficam perplexos. Põem-se a pensar acerca das causas e do significado de tudo que fazem, sentem e pensam sobre eles mesmos. Os tempos estão maduros para uma psicologia científica. Quanto à história da Psicologia, de forma generalizada, podemos dizer que ela emerge como ciência na medida em que se reconhece a instância individual do homem na sociedade e que, por motivos sociais, políticos e econômicos, necessita ser normatizada, padronizada. Isto é, a Psicologia só ganha espaço no rol das ciências quando se tem o reconhecimento da ‘experiência da subjetividade privatizada’, bem como o reconhecimento da ‘experiência da crise desta subjetividade’.

Apesar desta nova concepção de homem possibilitar o surgimento da Psicologia enquanto ciência, a Psicologia esbarra em uma contradição. Enquanto ciência ela precisa seguir a metodologia científica que tem como princípio fundamental objetivar, concretizar e validar as pesquisas do seu objeto de estudo.

Porém, como construir pesquisas empíricas verificáveis sem objetivar a subjetividade do indivíduo? Como objetivar a subjetividade do indivíduo?

Para se firmar como ciência e se desvincular da Filosofia, a Psicologia precisava utilizar metodologias validadas e reconhecidas cientificamente. A utilização das metodologias da Ciência Natural, foi um dos caminhos que possibilitou a sua independência como ciência específica. Neste sentido, a subjetividade enquanto objeto de estudo da Psicologia assume um caráter natural, para que fosse possível estudar esse fenômeno através das metodologias científicas predominantes no período. É neste sentido que Cambaúva e Silva (2009, p.30), afirmam:

> Os fundamentos da Psicologia pautados ora nas Ciências Naturais, ora nas Ciência Humanas vão consolidar a cisão entre objetividade e subjetividade. [...] a Psicologia, desde seu nascimento, pauta-se por contradições: quando reconhece seu objeto (a subjetividade), pode ser considerada Psicologia, mas não ciência; quando desconhece seu objeto, pode ser considerada ciência, mas não Psicologia. A concepção de subjetividade e dos fenômenos psicológicos normalmente assume caráter natural e individual, escapando, assim, da análise das relações do homem com o contexto social no qual está inserido. A consequência disto é uma prática psicológica descompromissada com o homem real e concreto.

A Psicologia nasce em um período onde a ciência natural era a ciência predominante no período, onde os fenômenos psicológicos subjetivos são estudados como parte de uma natureza humana, do qual todos os indivíduos são dotados desde que nascem. Ao se reduzir o homem à concepção naturalizante, desconsidera a subjetividade, a singularidade e as relações do homem com o contexto social no qual está inserido. Segundo Bock (1999, p.34), “o indivíduo só pode ser realmente compreendido em sua singularidade, quando tomado na totalidade social e histórica que o determina e da sentido à sua singularidade”.

Neste sentido a Psicologia Sócio-Histórica se contrapõe à concepção naturalizante do homem, pois o homem é visto como um ser histórico, que vai sendo constituído através das relações sociais, pelo tempo, pela cultura produzida por esse mesmo homem, pelo trabalho. O homem vai acumulando conhecimento e se atualizando através das suas relações com a sociedade. A relação indivíduo-

sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro: O homem constrói a realidade e na relação do homem com esta realidade construída, sua constituição também será afetada. Sendo assim, é fundamental compreender este homem em sua relação com o social, onde está inserido e que é fruto de acúmulos de conhecimento. Conforme afirma Cambaúva e Silva (2009, p.18):

> Se ponderarmos que a primeira condição básica para a existência humana é a sobrevivência da espécie, o homem se identifica com a natureza enquanto ser biológico. Então, tanto o homem como o animal são seres, em primeira mão, naturais – orgânicos – que atuam sobre a natureza para sua sobrevivência. Entretanto, o homem se diferencia do animal e da própria natureza na forma de sua atuação sobre ela. Na sua atividade para produção de sua existência, o homem não só transforma a natureza com a si próprio. Esta atividade humana prática, que é o trabalho, garante a sobrevivência da espécie humana e, ao mesmo tempo, diferencia o homem de outros animais, pois é uma atividade prática intencional e planejada, o que lhe confere consciência.

Ao considerar a Psicologia dentro da complexidade histórica, pode-se compreender que para se firmar como ciência ela reproduziu o discurso das ideias predominantes naquele momento histórico, que era o da Ciência Natural, onde o homem é concebido de forma isolada do seu meio, como um ser individualizado, dotado de um potencial natural e pré-determinado, que pode ser separado em partes e estudado exaustivamente. Enquanto ciência a Psicologia, ao ser influenciada por esse contexto histórico, reproduz uma visão do homem centrado em um psiquismo separado da produção cultural, estudado em suas especificidades de pulsões, de Id, ego, superego, lutos, moratórias, reflexos condicionados, patologias, neuroses e tantas outras formas isoladas de se estudar o homem.

A Psicologia ao corroborar com as teorias que concebem o homem de forma natural, como um ser apriorístico, desconsidera a subjetividade humana constituída através das suas relações sociais, que deveria ser seu principal objeto de estudo. Neste sentido, a Psicologia toma um caminho reducionista, desconsiderando o indivíduo como um ser social, que se constitui através de suas relações. É relevante considerar que a psicologia enquanto ciência que busca compreender o homem,

considere este homem em sua totalidade e não apenas em seus aspectos isolados. Ao se reduzir o indivíduo à sua natureza, sem levar em consideração a construção histórica do indivíduo, impossibilita uma reflexão mais crítica sobre o desenvolvimento humano.

Considerando que a Psicologia tem em seu bojo, além de compreender o homem em sua totalidade, também contribuir para a saúde do seu desenvolvimento, é necessário que se mantenha em constante reflexão a metodologia utilizada por ela, a reflexão sobre tendências ideológicas presentes em suas teorias e principalmente a reflexão sobre sua contribuição no processo de desenvolvimento social. É neste sentido que buscamos aqui fazer essa reflexão crítica a respeito do processo de desenvolvimento humano, visto que a compreensão histórico-social deste desenvolvimento pode contribuir de forma mais assertiva para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

A ADOLESCÊNCIA EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Como já observado anteriormente, existe uma tendência da Psicologia de naturalizar o homem e desconsiderar o contexto social em que ela surgiu como ciência. O importante aqui, para o estudo da análise crítica da adolescência, é considerar os aspectos que foram negligenciados ao se definir a concepção do ser humano. Como vimos, segundo a Psicologia Histórico-Cultural, o aspecto que foi claramente negligenciado é exatamente o olhar para o indivíduo como uma totalidade, como uma complexidade, que inclui nesta, o indivíduo que produz a cultura e que também é afetada por ela.

Ao considerar a adolescência em uma perspectiva crítica, alguns questionamentos podem contribuir para esta reflexão: a adolescência é um período natural que todos os indivíduos estão predestinados a vivenciarem? A adolescência é igual em todas culturas e períodos históricos? Existem características naturais e universais que determinam o processo da adolescência em todos indivíduos e em todas classes sociais? A adolescência é um período natural do desenvolvimento humano ou é uma criação do homem para suprir necessidades sociais? Esses

questionamentos abrem reflexões importantes e necessárias para se compreender a adolescência em uma perspectiva crítica.

No que se refere a psicologia do desenvolvimento, muitos autores tendo a psicanálise como base, desenvolveram uma diversidade de teorias com um olhar bastante aguçado no indivíduo que vivencia um período de sua vida que foi definido como Adolescência. Bock (2004, p.33) afirma que:

> Foi Erickson quem institucionalizou a adolescência. Apresentou-a a partir do conceito de moratória e caracterizou-a como uma fase especial no processo de desenvolvimento, na qual a confusão de papeis, as dificuldade para estabelecer uma identidade própria a marcavam como um modo de vida entre a infância e a vida adulta.

Knobel e Aberastury são dois teóricos que marcam referencia dentro da psicanálise brasileira. Segundo esses autores a adolescência é marcada por grandes transformações, conflitos, angústias, lutos, separações e busca pela identidade. Knobel (1981, p.29) postula que existe uma síndrome normal na adolescência e apresenta aspectos característicos que definem essa população de indivíduos:

> Sintetizando as características da adolescência, podemos descrever a seguinte sintomatologia que integraria esta síndrome: 1)busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a homossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associais de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.

Pode-se observar aqui a tendência de naturalizar o indivíduo, através da visão psicanalítica marcando a adolescência por crises de identidade, consideradas como naturais, ou normais, desse período do desenvolvimento humano.

Dentro da perspectiva crítica a adolescência não é algo natural do

desenvolvimento humano, ela é considerada como algo criado em um determinado momento histórico, em função de demandas sociais existentes naquele período onde ela surgiu como uma classe de indivíduos. Em razão disso, o contexto social onde a adolescência surge como um período específico do desenvolvimento, precisa ser levado em consideração para se compreender a adolescência como uma construção social.

A Revolução Industrial demandou da sociedade uma diversidade de necessidades que precisavam ser sanadas para se estabelecer o status quo da burguesia como uma nova classe social que surgia e que precisava organizar suas bases. A necessidades de mão de obra para indústria estava entre um dos principais problemas a ser sanado, pois diante do crescimento industrial fazia-se necessário preparar um contingente de profissionais para atender a demanda das fábricas. Este movimento histórico, acompanhado de muitas outras transformações arrastadas pela revolução industrial, acabou por mudar as formas de relação do homem com o seu meio social, numa grande mudança na escala de valores e concepções da existência. Com o passar do tempo, esse novo paradigma social, vai ocasionando um êxodo rural do homem do campo em direção às cidades em função das novas oportunidades de trabalho. Essa mudança no cenário social, onde o homem do campo migra para cidade em busca de trabalho nas indústrias, traz consigo graves consequências. A nova organização social exigia rápidas soluções e por outro lado havia uma população despreparada para se estabelecer dentro dessa nova organização social.

Nesse período histórico a ciência se estabelecia como o principal meio de soluções dos problemas sociais gerados por essa mudança nos paradigmas. No meio de todas essas transformações, a Psicologia ia se estabelecendo enquanto ciência e muitos dos seus estudos contribuíram na ordenação e solução de problemas que surgiam de maneira acelerada.

A exemplo disso, Schultz e Schultz (2009, p.11), afirmam:

> [...] as experiências dos psicólogos americanos, colaborando com o esforço de guerra nas duas Guerras Mundiais, aceleraram o desenvolvimento da psicologia aplicada e estenderam a sua

> influência para áreas como seleção de pessoal, testes psicológicos e psicologia aplicada à engenharia. Esse trabalho demonstrou à grande parte da comunidade psicológica e ao público em geral a importante ajuda que a psicologia tinha a oferecer.

O excesso de mão de obra gerando desemprego, aliado a necessidade de uma maior qualificação profissional para atender as demandas da indústria, levou-se a necessidade de repensar a estrutura das classes sociais. Neste contexto, havia um terreno fértil para se criar uma nova forma de olhar para o desenvolvimento humano. Até então, a sociedade não fazia uma separação estanque do homem entre infância e vida adulta. Os rituais de passagem aconteciam dentro de um movimento que não era generalizado, nem estabelecido como forma natural de desenvolvimento, marcado por características específicas.

Uma das soluções para o excesso de mão-de-obra era separar um contingente de indivíduos em uma classe específica e tirar-lhes o direito de participar do mundo do trabalho, para que esses mesmos indivíduos pudessem ser preparados adequadamente. Num determinado período posterior, esses indivíduos qualificados, voltariam para o mundo do trabalho para assumir as responsabilidades de ser um indivíduo produtor de bens e serviços e do seu papel enquanto indivíduo desta nova forma social. Assim, nasce a adolescência, uma nova classe de indivíduos que nunca antes havia existido na história da humanidade. Agora ela "aparece", criada em um determinado período histórico, mas que já vem carregada de teorias, de explicações e proposições psicológicas consideradas como naturais desta idade.

Conforme afirma Bock (2004, p.41):

> Com as revoluções industriais, o trabalho sofisticou-se, do ponto de vista tecnológico, e passou a exigir um tempo prolongado de formação, adquirida na escola, reunindo em um mesmo espaço os jovens e afastando-os do trabalho por algum tempo. Além disso, o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para esse ingresso, o que era respondido pelo aumento do tempo na escola. A ciência, em contrapartida, resolveu muitos problemas do homem e ele teve a vida prolongada, o que trouxe desafios para a sociedade, em termos de mercado de trabalho e formas de sobrevivência. Estavam dadas as condições para que se

> mantivessem as crianças mais tempo sob a tutela dos pais, sem ingressar no mercado de trabalho. Mantê-las na escola foi a solução. A extensão do período escolar e o consequente distanciamento dos pais e da família, além de aproximação de um grupo de iguais, foram as consequências destas exigências sociais. A sociedade então assiste a criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento – a juventude/adolescência.

Dentro da perspectiva Histórico-Crítica a adolescência surge como uma necessidade social e não como um período natural do desenvolvimento humano, carregado de características específicas desta fase da vida, como crises de identidade, confusões e luto. Ainda citando Bock (2004, p.40):

> A adolescência foi criada pelo homem. Fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas; vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna ocidental, a adolescência. Construída como fato social e como significado, a adolescência torna-se uma possibilidade para os jovens (e para os não jovens), uma forma de identidade social.

Um outro aspecto crítico ao se considerar a adolescência como um período natural do desenvolvimento humano é a limitação dos métodos de pesquisas para se conseguir definir as características da adolescência. Não é possível se criar um padrão universal de comportamento para fase que separa a infância da vida adulta, levando-se em consideração apenas alguns tipos específicos de indivíduos.

Para exemplificar esse aspecto crítico, pode-se utilizar a comparação entre um jovem vivendo em uma metrópole brasileira e um outro jovem, indígena, vivendo em uma tribo isolada no interior do Amazonas. Segundo os padrões clássicos da Psicologia, esses dois jovens possuem características naturais que os farão vivenciar crises de identidade, lutos pelo corpo infantil, luto pela identidade e pelo papel infantil, luto pelos pais da infância. Ainda irão experimentar oscilação de humor, terão tendência a se agrupar etc. Dentro da perspectiva crítica da adolescência, não é possível se padronizar os comportamentos e definir características universais para este período do desenvolvimento humano. É preciso

se levar em consideração a construção sócio-cultural do indivíduo, considerar o indivíduo em sua totalidade, considerar a subjetividade do humano, considerar a singularidade de cada cultura, de cada classe social, de cada período histórico, antes de se estabelecer critérios universais e naturais para adolescência.

CONCLUSÃO

A ausência de uma visão crítica em qualquer campo do conhecimento, pode-se levar a uma reprodução de ideias predominantes em um determinado período histórico, de forma inconsciente e contribuir para fortalecer ideais de classes específicas. No caso da Psicologia, por ser uma área do conhecimento que estuda o humano, a ausência de uma visão crítica se agrava ainda mais, pois o objetivo final dessa ciência é justamente contribuir na restauração da saúde e bem estar dos indivíduos.

A conclusão que pode-se chegar através deste trabalho é que a visão naturalizante do indivíduo e a concepção de adolescência como uma etapa natural do desenvolvimento humano, tem levado a Psicologia a uma reprodução de ideias reducionista do indivíduo. A subjetividade do homem, que é construída através da sua relação singular com o social, através da história, é totalmente desconsiderada dentro desta visão mais aceita e difundida pela Psicologia.

Considerar a adolescência como uma construção histórica, como uma necessidade social é fundamental para se compreender os rótulos e características desta fase do desenvolvimento humano.

Falar em moratória, lutos, crises de identidade, tendência grupal, oscilação de humor, como característica natural da adolescência, sem considerar a subjetividade do indivíduo, sem considerar a sua constituição histórica, sem considerar o conhecimento que o homem vem acumulando ao longo de sua história, sem considerar as especificidades de cada povo, de cada cultura, de cada período histórico, é submeter o indivíduo a forças factuais. A consequência dessa visão é a impossibilidade de se tomar medidas adequadas para superar os rótulos e os verdadeiros problemas enfrentados pela adolescência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T.. Psicologias – uma introdução ao estudo de psicologia. 11ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 1998.

BOCK, A. M. B. Artigo científico: A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão, 2004. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004. Disponível www.cedes.unicamp.br

BOCK, A. M. B. Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia. São Paulo, Cortez, 1999.

CAMBAÚVA, L. G. e SILVA, L. C.. A História da Psicologia e a Psicologia na História. In: FACCI, M.G.D; TULESKI, S.C. e BARROCO, S.M.S. (Org). Escola de Vigotski: contribuições para a psicologia e a educação. Maringá: EDUEM, 2009.

FIGUEIREDO, L. C. e SANTI, P. L. R. Psicologia uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência. 2ª. edição. São Paulo: EDUC, 2002.

KNOBEL, M. A Síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. - Adolescência Normal – Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

SCHULTZ, D. P. e SCHULTZ, S. E. História da Psicologia Moderna. Tradução da 9ª. edição norte-americana. CENGAGE Learning, 2009.